

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

Convênio entre a Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, e a Administración Nacional de Educación Pública – Consejo de Formación en Educación (a partir de agora Cfe) que pretende propiciar a cooperação acadêmica entre as partes.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR), localizada na Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – Jardim Botânico, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, representada pelo seu Reitor, Prof. Antônio Carlos Aleixo, e a Administración Nacional de Educación Pública – Consejo de Formación en Educación (a partir de agora CFE) representada neste Ato pela Diretora Geral do mencionado conselho, Mestre Ana María Lopater, [REDACTED] esquina Carlos Gardel, da cidade de Montevideú, República Oriental do Uruguai, conscientes de que a cooperação entre ambas as instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas culturais, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR e a Administración Nacional de Educación Pública – Consejo de Formación en Educación acordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de interesse máximo, por meio de:

I – visitas e intercâmbios de professores, estudantes e técnicos administrativos das referidas instituições objetivando a realização de atividades vinculadas à pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;

II – constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação de curto, médio e longo prazo;

III – organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;

IV – cursos de diferentes níveis e categorias;

V - consultoria técnica;

VI – facilidade de acesso à estrutura de informática e aos outros laboratórios das respectivas instituições;

VII – intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;

VIII – mobilidade de docentes e pesquisadores;

Handwritten signature and initials on the left margin.

IX - cursos e disciplinas compartilhadas;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação de cada caso específico de cooperação, ambas as instituições, deverão preparar conjuntamente um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às responsabilidades, que será objeto de um Termo Adicional, a ser firmado entre as partes interessadas, com regras próprias sobre o desenvolvimento das atividades.

§ 1º Este Convênio de Cooperação poderá ser ampliado através de um termo adicional o qual terá efeito de Acordo específico.

§ 2º Os planejamentos do trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;

II – metas a serem alcançadas;

III – etapas ou fases da execução;

IV – cronograma de execução;

V – detalhes sobre as responsabilidades financeiras;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FINANCIAMENTO

§ 1º Cada instituição deverá realizar todos os esforços para a obtenção de fundos provenientes de fontes internas ou externas, com o fim de tornar possível a realização dos programas de cooperação.

§ 2º As partes conveniadas poderão compartilhar os custos inerentes às atividades, seguindo sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de pesquisa conjunta que cheguem a produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Convênio de Cooperação. Ambas as universidades deverão acordar regras articuladas no sentido de garantir a adesão de todos os participantes às normas estabelecidas nos respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação acadêmica

[Handwritten signature]

ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. Aquela parte que deixe de cumprir o compactado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS EXIGÊNCIAS

Os docentes, pesquisadores e estudantes participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Convênio, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para sua permanência no exterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.

Este convênio entrará em vigor a partir da data de assinatura do mesmo por um período de concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Convênio de Cooperação ou um Acordo específico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TERMO ADICIONAL

Qualquer tipo de modificação nos termos deste Convênio de Cooperação deverão ser efetuados por meio de Acordo Específico, (devidamente acordado) entre as partes signatárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

O Presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer uma das partes, mediante comunicação expressa, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Caso existam pendências, as partes definirão, mediante Termo de Finalização de Convênio, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho existentes, respeitadas as atividades em curso às quais serão cumpridas antes de efetuar-se a finalização, assim como qualquer das outras responsabilidades ou obrigações.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas durante a execução e interpretação do presente convênio, as partes realizarão esforços buscando uma solução consensual. Não sendo possível, as partes conveniadas indicarão, de comum acordo à um terceiro, pessoa física para atuar como mediador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOMICÍLIOS ESPECIAIS.

As partes constituem como domicílios especiais os declarados como seus em audiência.

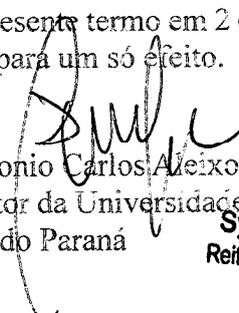
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – NOTIFICAÇÕES.

As partes acordam a plena validade das notificações por carta registrada.

E por desta forma justas e acordadas, a partes firmam o presente termo em 2 (duas) vias de cada versão em Português e Espanhol, de igual teor e para um só efeito.



Mestre Ana Lopater
Diretora Geral del Consejo de Formacion
en Educación



Antonio Carlos Aleixo
Reitor da Universidade Estadual
do Paraná

Sydnei Roberto Kempa
Reitor em Exercício da UNESPAR

Cidade Montevideo, 30 de mayo de 2018

Curitiba, 04 de 07 de 2018

Convenio entre la Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, y La Administración Nacional de Educación Pública - Consejo de Formación en Educación (en adelante Cfe) que pretende propiciarla cooperación académica entre las partes.

La UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR), ubicada en la Avda. Lothário Meissner, 350 – Jardim Botânico, en la ciudad de Curitiba, Estado de Paraná, Brasil, representada por su Rector, Prof. Antonio Carlos Aleixo, y **La Administración Nacional de Educación Pública - Consejo de Formación en Educación (en adelante Cfe)** representada en este acto por la Directora General del mencionado Consejo, Mag. Ana María Lopater,  , de la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay, conscientes de que la cooperación entre ambas instituciones promoverá el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas culturales, resuelven celebrar el presente convenio de cooperación mediante las siguientes cláusulas y condiciones:

CLÁUSULA PRIMERA – DEL OBJETO

LA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR y la Administración Nacional de Educación Pública - Consejo de Formación en Educación acuerdan en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de interés mutuo, por medio de:

I – visitas e intercambios de profesores, estudiantes y técnicos administrativos de las referidas instituciones objetivando la realización de actividades vinculadas a la investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;

II – constitución de grupos de trabajo, elaboración y desarrollo conjunto de proyectos y programas de cooperación a corto, mediano y largo plazo;

III – organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;

IV – cursos de diferentes niveles y categorías;

V – consultoría técnica;

VI – facilidad de acceso a la infraestructura informática y a los laboratorios de las respectivas instituciones;

VII – intercambio de informaciones y publicaciones académicas, científicas y culturales;

VIII – movilidad de docentes e investigadores;

IX – cursos y disciplinas compartidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DE LA IMPLEMENTACIÓN

Para la implementación de cada caso específico de cooperación, ambas instituciones deberán preparar conjuntamente un programa de trabajo relativo a las formas, a los medios ya las responsabilidades, que será objeto de un Término Adicional, a ser firmado entre las partes interesadas, con reglas propias sobre el desarrollo de las actividades.

§ 1º Este Convenio de Cooperación podrá ser ampliado a través de un Término Adicional el cual tendrá efecto de Acuerdo específico.

§ 2º Las planificaciones del trabajo o Proyectos aludidos en esta cláusula deberán contener, como mínimo, las siguientes informaciones:

I – identificación de los ejecutores y las responsabilidades asumidas entre las partes interesadas;

II – metas a ser alcanzadas;

III – etapas o fases de la ejecución;

IV – cronograma de ejecución;

V – detalles sobre las responsabilidades financieras.

CLÁUSULA TERCERA – DEL FINANCIAMIENTO

§ 1º Cada institución deberá realizar todos los esfuerzos para la obtención de fondos provenientes de fuentes internas o externas, con el fin de tornar posible la realización de los programas de cooperación.

§ 2º Las partes convenidas podrán compartir los costos inherentes a las diversas actividades, siguiendo su reglamentación interna y entendimientos previos y específicos para cada caso. No habrá transferencia de recursos financieros entre las partes.

CLÁUSULA CUARTA – DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que lleguen a producir resultados pasibles de ser protegidos por los derechos de propiedad intelectual






deberán estar previstas en los Proyectos o Planes de Trabajo vinculados al presente Convenio de Cooperación. Ambas Universidades deberán acordar reglas articuladas en el sentido de garantizar la adhesión de todos los participantes a las normas establecidas en los respectivos Reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación académica o técnica podrá ser utilizado sin el acuerdo previo de las dos partes. Aquella parte que deje de cumplir lo pactado en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica correspondiente.

CLÁUSULA QUINTA – DE LAS EXIGENCIAS

Los docentes, investigadores y estudiantes participantes de los programas de cooperación, en los términos de este Convenio, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médica-hospitalaria para su permanencia en el exterior.

CLÁUSULA SEXTA – DE LA VIGENCIA

Este Convenio de Cooperación entrará en vigor a partir de la fecha de la firma del mismo por un período de cinco años. Finalizado el plazo, el Convenio de Cooperación podrá ser reeditado, con la concordancia de ambas instituciones, mediante el establecimiento de un nuevo Convenio de Cooperación o un Acuerdo específico.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DEL TÉRMINO ADICIONAL

Cualquier tipo de modificación en los términos de este Convenio de Cooperación, deberán ser efectuadas por medio de **Acuerdo Específico**, debidamente acordado entre las partes signatarias.

CLÁUSULA OCTAVA – DE LA DENUNCIA

El presente Convenio podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con una antecedencia mínima de 90 (noventa) días. Caso existan pendencies, las partes definirán, mediante Término de Finalización del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo existentes, respetadas las actividades en curso, las cuales serán cumplidas antes de efectuarse la finalización, así como cualquiera de las otras responsabilidades u obligaciones.

CLÁUSULA NOVENA – DE LA RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas que puedan ser suscitadas durante la ejecución e interpretación del presente Convenio, las partes realizarán esfuerzos buscando una solución consensual. No siendo posible, las partes convenidas indicarán, de común acuerdo a un tercero, persona física, para actuar como mediador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOMICILIOS ESPECIALES

Las partes constituyen como domicilios especiales los declarados como suyos en la comparecencia.

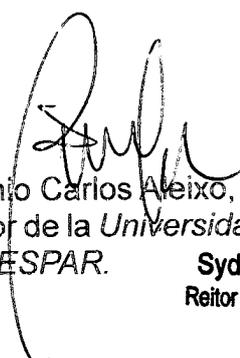
CLÁUSULA DECIMO PRIMERA - NOTIFICACIONES

Las partes acuerdan la plena validez de las notificaciones por telegrama colacionado.

Y por estar de esta forma justas y acordadas, las partes firman el presente término en 2 (dos) vías de cada versión, en Portugués y Español, de igual tenor y para un sólo efecto.



Mag. Ana María Lopater
Directora General del Consejo
de Formación en Educación



Antonio Carlos Aleixo,
Rector de la *Universidade Estadual do Paraná*
– UNESPAR.

Sydnei Roberto Kempa
Reitor em Exercício da UNESPAR

Ciudad de Montevideo, 30 de
Mayo de 2018.-

Curitiba, 04 de 07 del 2018